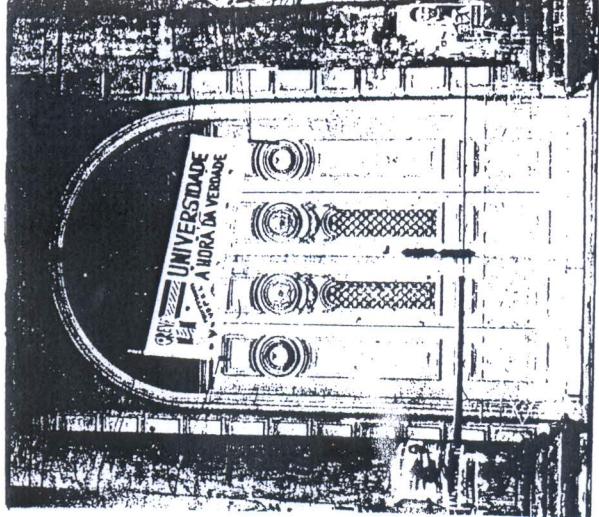


Boletim da GREVE

01 10 de junho de 1991



Como todos sabem, a decisão pela Greve de nossa categoria é um indicativo presente há longo tempo nas assembleias locais e das seções sindicais da Andes-SN. Entre nós, após ampla discussão e diversas tentativas frustradas de negociação como o Governo Federal, chegou-se à deflagração da greve, por se entender que não havia outra alternativa razoável.

Na verdade, o descontentamento que se alastrou por todos os segmentos da categoria dos docentes, deve-se a uma série de motivos que se vêm avolumando com o tempo - particularmente nos últimos anos do governo Sarney e no governo Collor. Por um lado, as condições didático-pedagógicas de trabalho cada vez mais aviltadas; por outro, as políticas governamentais acelerando a deterioração do patrimônio e das reservas físicas e morais das Universidades Públicas e Gratuítas. Nos últimos tempos, o completo achatamento salarial, fato sem precedentes na história do ensino superior brasileiro.

Face a esse conjunto de calamidades, a decisão da categoria não poderia ser diferente: a greve por tempo indeterminado. Contudo, sabe-se, uma decisão de tal monta, mormente na conjuntura atual, somente poderia ter sido tomada se resultasse, como resultado de uma postura democrática, fundamentada na matrículade política de cada um, capaz de fortalecer o conjunto.

E certo que essa mesma conjuntura favorece o sentimento muito baixo de expectativa em relação aos resultados a alcançar, inibindo a participação de muitos.

Não é menos grave o saber-se que essa atitude - o estar em greve - poderá acarretar ônus que desestimule a participação e talvez mais do que isso, como cidadão, que possivelmente em campanhas mesquinhais e vis, resta ao magistério a força de sua união para o resgate de sua própria dignidade. É a consciência de cada um, como educador, e talvez mais do que isso, como cidadão, que possivelmente redenção não somente de uma categoria mas da própria Universidade Pública e Gratuita.

É com tal espírito que o movimento de greve deverá estar atento para a avaliação de cada momento, da correção das forças, considerando o ponderamento das condições para sustentar os embates nas circunstâncias que lhe sejam mais favoráveis.

**QUEM SABE FAZ A HORA,
NÃO ESPERA ACONTECER.**

Os imperativos éticos não permitem hoje atitudes tibias por parte de quem

AS COBRAS VERÍSSIMO
AFINAL, PARA ONDE
ELE ESTÁ NOS
LEVANDO?

PARA A
MODERNIZAÇÃO!

DEVE SER
UM ATAÚDO

Atividades da Semana

SEGUNDA - 10/06
08h -> Distribuição de Boletim
09h30 -> Reunião Medicina e ILA
10h -> Reunião no Direito (professores)
17h -> Reunião do Comando Local de Greve

TERÇA - 11/06
10h -> Reunião na Ciências Domésticas (campus)
14h -> Reunião do Comando Local de Greve
15h30 -> Reunião Chiarelli com o Pres. Collor
17h -> Reunião das Comissões

QUARTA - 12/06
14h -> Reunião do Comando Local de Greve
17h -> Audiência Andes-SN com MEC
-> Reunião das Comissões
20h30 -> Recital Miguel Proença (Conserv. Música)

QUINTA - 13/06
14h -> ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE
LOCAL: FAC. MEDICINA

SEXTA - 14/06
09h -> Reunião Diretoria ADUFPEL
14h -> Reunião do Comando Local de Greve
16h -> Reunião das Comissões

ALÉNDARIO PODERA SER ALTERADO PELO CLG.

ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE QUINTA, ÀS 14h, NA FAC. DE MEDICINA

- * Informes - Nacional e Local
- * Avaliação do Movimento
- * Atividades das Comissões

Brasília - O Governo poderá enviar ao Congresso um projeto de lei em regime de urgência concedendo reajustes salariais aos professores universitários, como foi feito em relação a outras categorias na Medida Provisória 296, que estabeleceu índices de correção salarial diferenciados para pouco mais de 300 mil dos mais de 1 milhão de servidores públicos federais e por isso está sendo considerada inconstitucional. Esta possibilidade foi admitida pelo

ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e faz parte da estratégia do Governo para negociar com as lideranças partidárias do Congresso a derrubada no plenário do parecer de inconstitucionalidade da MP 296 aprovada pela comissão mista.

Durante despacho ontem pela manhã com o presidente Fernando Collor, o ministro Passarinho recebeu a missão de passar todo este final de semana negoclando a derrota da proposta.

(AB/D/P)

**Ainda sobre
a Medida
Provisória
n. 296**

